

Suspensão da Lei do Bem provoca críticas

MP editada ontem aumenta alíquota cobrada na distribuição de juros sobre capital próprio e corta incentivos à pesquisa tecnológica

BRASÍLIA E SÃO PAULO

O governo editou ontem uma medida provisória com aumento de tributo e redução de incentivos e anunciou a flexibilização das regras do programa de parcelamento de impostos para aumentar a adesão das empresas. Algumas medidas sofreram fortes críticas.

A MP enviada ao Congresso aumenta de 15% para 18% a alíquota de Imposto de Renda cobrada na distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) a titulares, sócios ou acionistas das empresas. A medida faz parte do pacote de aumento de receitas anunciado em meados de setembro. A mudança na alíquota deve reforçar o caixa em R\$ 1,1 bilhão em 2016.

Na MP, está ainda a redução de benefícios no pagamento de PIS/Cofins pela indústria química, mudança que renderá ao governo outros R\$ 800 milhões no ano que vem. Em resposta, representantes do setor químico alertam para o risco de a indústria enfrentar aquela que está sendo chamada de “tempestade perfeita”.

A MP afeta principalmente a petroquímica Braskem, mas os efeitos da redução dos incenti-

vos se estenderão de forma direta por uma cadeia formada por 50 empresas. É o caso de grandes indústrias, como Basf e Oxiten, responsáveis pela produção de insumos químicos utilizados por outras indústrias do País. “Acreditamos que é um absurdo encerrar um incentivo concedido há tão pouco tempo após negociação de anos com o governo”, diz o diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor), Martim Afonso Penna.

Lei do Bem. A MP suspende, para 2016, a permissão dada às empresas de excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, percentuais gastos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Em reação à medida, nove associações empresariais ligadas à pesquisa e desenvolvimento emitiram ontem um manifesto de repúdio ao fim do incentivo fiscal à inovação.

As entidades lembraram que a chamada “Lei do Bem”, criada no governo Lula, foi essencial para que o País atraísse 15 centros globais de pesquisa de multinacionais em quatro anos. “Os executivos das multina-

PRESTE ATENÇÃO

1. Alíquota de Imposto de Renda cobrada na distribuição de juros sobre capital próprio a titulares, sócios ou acionistas da empresa subiu de 15% para 18%.

2. Medida Provisória reduz os benefícios no pagamento do PIS/Cofins pela indústria química, o que pode render R\$ 800 milhões.

3. Em 2016, estará suspensa a permissão de as empresas excluírem do lucro líquido, da determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os percentuais gastos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação.

cionais negociaram com a matriz das empresas recursos para investir em centro de pesquisa e desenvolvimento no País, apontando a Lei do Bem como um dos maiores incentivos fiscais. São projetos de pesquisa para oito, dez anos. A interrupção abrupta do benefício passa uma imagem negativa do País e deve afugentar investimentos”,



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-16/3/2012

Segmento. Braskem será afetada com redução de incentivos

disse Naldo Dantas, secretário executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), entidade cujos associados investem cerca de R\$ 10 bilhões em inovação por ano.

Mudança no Prorelit. Com baixa adesão das empresas, a Receita Federal flexibilizou ontem

por meio de portaria pontos do Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit), que parcela dívidas com o governo. Foi reduzida a parcela a ser paga em dinheiro e o valor passou a poder ser dividido em até três vezes. Manteve, porém, a previsão de arrecadar R\$ 10 bilhões neste ano com o programa porque há expectativa de que, com

uma parcela menor a ser paga em dinheiro, mais empresas participem.

“Esperamos que a adesão seja maior”, disse o coordenador-geral de Arrecadação e Cobrança da Receita Federal, João Paulo Martins da Silva. Se a arrecadação for menor, a diferença poderá ser descontada do resultado de superávit primário previsto para 2015.

Pela regra anterior, para aderir ao programa, o contribuinte teria de pagar 43% de dívidas tributárias, e o restante poderia ser quitado utilizando prejuízo fiscal – uma espécie de crédito tributário. O prazo acabaria no fim de setembro.

Baixa adesão. As empresas reclamaram que não tinham esse valor disponível e a entrada no programa, de acordo com Silva, ficou bem abaixo do esperado pela Receita. “Por isso propusemos essa alteração.”

Com o pagamento abaixo do esperado, o governo decidiu prorrogar o prazo de adesão ao programa até o fim de outubro e reduzir significativamente a parcela a ser paga em dinheiro. O contribuinte que optar por fazer o pagamento em outubro terá de entregar 30% do total do débito e poderá quitar a dívida com 70% de prejuízo fiscal. Quem quiser, poderá dividir o montante devido em duas vezes iguais, mas terá que pagar em dinheiro 33% da dívida. Para dividir em três vezes, será necessário pagar 36% da dívida em espécie. “Ficou mais benéfico para o contribuinte”, diz.

Ele afirma que o Prorelit é um programa para a redução de litígios e permanecem as obrigatoriedades da medida anterior: só podem ser inscritos débitos que estão sendo questionados administrativamente ou judicialmente e, para aderir, o contribuinte tem que desistir da ação. /LORENA RODRIGUES, LUCI RIBEIRO, MARINA GAZZONI e ANDRÉ MAGNABOSCO

Agricultura pede nova fonte de financiamento

Victor Martins
BRASÍLIA

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, se reuniu ontem com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir a possibilidade de emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) indexado ao dólar. A medida, que tem objetivo de oferecer uma opção a mais de financiamento para o agronegócio, pode atrair até US\$ 20 bilhões para o Brasil, de acordo com estimativas de integrantes do governo e de parlamentares.

Antes desse encontro, membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já haviam se reunido com o Banco Central para apresentar a proposta e saíram de lá com a promessa de que um estudo seria feito. Fontes ouvidas pelo *Broadcast*, serviço em tempo real da *Agência Estado*, dizem que essa mudança está em estudo no BC e que a instituição até já fez alguns contatos com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para entender as implicações legais dessa indexação.

Recursos. O setor agropecuário, apesar de ser o único a crescer no País, enfrenta dificuldades de obter recursos para financiamento. Os depósitos à vista e os recursos da poupança rural, as principais fontes do crédito rural com juros controlados, estão em queda.

No primeiro semestre, a diminuição desse funding tornou escassos os recursos que eram usados para o pré-custeio, tradicionalmente usados para preparar uma nova safra. A falta de recursos também fez o governo reduzir o volume de crédito a juros controlados e elevar o montante com taxas livres.

A questão ainda não está fechada e novos encontros devem ocorrer. Além da ministra, Tombini recebeu dois representantes da FPA, o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS) e a deputada federal Tereza Cristina (PSB-MS).

Imagine: Reduzir os custos de impressão pela metade.

Série HP OfficeJet Pro

Impressão com qualidade de uma laser, por um custo por página de até 50% menor*. As impressoras jato de tinta da linha OfficeJet Pro foram projetadas para proporcionar uma cor profissional, sem borrões, com os cartuchos originais. Disponíveis para todos os níveis de consumo, você pode encontrá-las nas versões standard e XL, sempre com a mesma qualidade HP que você já conhece. Economize com impressão frente e verso e certificado ENERGY STAR®. Tenha a possibilidade de imprimir sem fio, com Wi-Fi, de praticamente qualquer lugar, com a tecnologia HP ePrint. Impressão e economia para o seu negócio, isso faz a diferença. Saiba mais em www.hp.com.br/officejet

As impressoras que o mundo prefere.



Cartuchos Originais HP

© Copyright 2015 HP Development Company, L.P. Imagens ilustrativas. As informações contidas neste material estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As únicas garantias para produtos e serviços HP estão estabelecidas nas declarações de garantia expressa que acompanham tais produtos e serviços. Nada neste material deve ser interpretado como garantia adicional. As impressoras preferidas do mundo: nº 1 em expedição de unidades jato de tinta, trimestre = 2009T1-2014T3, fonte: IDC WW Quarterly HCP Tracker, Final Historical 3Q14. Impresso no Brasil – Agosto 2015.

*Comparação baseada na maioria das multifuncionais laser a cores <US\$ 1.000 e impressoras a laser a cores <US\$ 800 em agosto de 2013, com base na participação de mercado divulgada pela IDC no 2º trimestre de 2013.

Associação critica tributos a dividendos

Mariana Durão / RIO

A decisão do governo de tributar a distribuição direta de dividendos aos cotistas por fundos de investimento está causando desconforto no mercado. Na última sexta-feira (25), a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) encaminhou uma carta ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com cópia para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, criticando a medida prevista na instrução normativa 1.585/15, editada no início do mês para tratar do pagamento de imposto sobre rendimentos do mercado financeiro.

A distribuição de dividendos aos acionistas é isenta do pagamento de Imposto de Renda (IR). Alguns fundos de investimento passaram a adotar a prática de depositar diretamente esses dividendos recebidos na conta dos cotistas, transação isenta até a criação da nova norma pela Receita. A previsão agora é que incida sobre o repasse do dinheiro dos dividendos para os clientes uma alíquota de 15% de IR.

A carta assinada pelo presidente da Amec, Mauro Cunha, pede a revisão imediata da norma que determinou a tributação das distribuições pelos fundos, prática relativamente recente no mercado. A associação alega que a medida cria condições desiguais para quem investe diretamente em ações e para quem o faz por meio dos fundos de investimento.

Segundo a Amec, a proposta não constava da minuta da instrução levada pela Receita a consulta pública. A avaliação da entidade é que a norma pode culminar com a extinção desses fundos, dificultando que o mercado de capitais canalize poupança privada para o setor produtivo. Procurado, o Ministério da Fazenda informou que recebeu o documento e o encaminhou à Receita para análise. Até o fechamento desta edição, a Receita Federal não havia se manifestado.